



Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.387.725/0001-59

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da CCR RodoAnel, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do Relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** O RodoAnel marca a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R\$2,0 bilhões realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do RodoAnel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio iniciou-se em 17 de Dezembro de 2008. Atualmente, a empresa gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno das rodovias sob sua administração. A CCR RodoAnel tem como acionistas a CCR (98,8034%) e a Encalco Construções Ltda. (1,1966%).

1.3. Destaques do ano de 2014: Destaques financeiros: • Liquidação de 1ª Série da 2ª Debêntures de R\$ 500.000 mil. • 3ª Emissão de Debêntures no valor de R\$ 560.000 mil.

2. Estratégia e Gestão: 2.1. Governança corporativa: Conselho de Administração: Nós somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por 6 (seis) membros efetivos, dentre os quais (1) um será eleito Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por (2) dois membros, um Diretor Presidente que ocupa, também, o cargo de Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Operacional. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por 8 (oito) membros efetivos, residentes no país, dentre os quais 1 (um) será eleito Presidente e outro Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral de Acionista para um mandato de 1 (um) ano, admitido a reeleição, devendo os mesmos permanecerem nos cargos até a posse dos novos membros eleitos. Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração. Nossos Diretores são responsáveis pelo dia-a-dia de nossa administração e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, nossa Diretoria é composta por (2) dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor Operacional, conforme Estatuto Social da Companhia. Maiores informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.rodoaneloeste.com.br/ri.

2.2. Gestão de pessoas: A CCR RodoAnel acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2014, foram investidos R\$ 183 mil em programas de capacitação de 504 pessoas.

3. Desempenho Econômico-Financeiro: 3.1. Mercado: A CCR RodoAnel é a empresa responsável pela administração dos 32 quilômetros do trecho oeste do RodoAnel Mário Covas, no Estado de São Paulo, importante via que integra as Rodovias Raposo Tavares, Castello Branco, Anhanguera, Bandeirantes e Régis Bittencourt, por onde passam aproximadamente 250 mil veículos por dia, desempenhando papel fundamental no transporte de cargas.

3.2. Desempenho

| Em R\$ mil | 2014 | 2013 | Variação% |
|---|-----------|-----------|-----------|
| Receita líquida..... | 222.715 | 215.863 | 3,17% |
| Receita de pedágio..... | 220.289 | 203.992 | 7,99% |
| Receita de construção (ICPC 01 R1).... | 19.319 | 27.557 | -29,89% |
| Outras receitas..... | 2.007 | 1.536 | 30,66% |
| (-) Deduções da receita bruta..... | 18.900 | 17.222 | 9,74% |
| (-) Custos e despesas (a)..... | 173.748 | 182.289 | -4,69% |
| Custos de construção (ICPC 01 R1)..... | 19.319 | 27.557 | -29,89% |
| Demais custos e despesas..... | 154.429 | 154.732 | -0,20% |
| (-) Resultado financeiro líquido..... | 285.644 | 216.230 | 32,10% |
| (-) Imposto de Renda e Contribuição Social..... | (80.288) | (61.890) | 0,3 p.p. |
| Prejuízo líquido..... | (156.389) | (120.766) | 29,50% |
| (+) Resultado financeiro líquido..... | 285.644 | 216.230 | 32,10% |
| (+) Imposto de Renda e Contribuição Social..... | (80.288) | (61.890) | 29,73% |
| EBIT (b)..... | 48.967 | 33.574 | 45,85% |
| Margem EBIT..... | 21,99% | 15,55% | p.p. |

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 2014 | 2013 | Passivo | Nota | 2014 | 2013 |
|--|------|-----------|-----------|---|------|-----------|-----------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixas e equivalentes de caixa..... | 6 | 20.043 | 17.721 | Financiamentos e arrendamento mercantil..... | | - | 96 |
| Contas a receber..... | 7 | 1.168 | 997 | Debêntures..... | 14 | 586.943 | 525.985 |
| Contas a receber - partes relacionadas.. | 8 | 12.610 | 11.449 | Fornecedores..... | 15 | 9.515 | 8.967 |
| Pagamentos antecipados relacionados à concessão..... | 9 | 73.578 | 73.578 | Impostos e contribuições a recolher..... | 16 | 1.962 | 1.914 |
| Despesas antecipadas..... | | 1.008 | 1.223 | Obrigações sociais e trabalhistas..... | | 2.572 | 2.435 |
| Outros créditos..... | | 1.039 | 566 | Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas..... | 8 | 109 | 24 |
| Total do ativo circulante..... | | 109.446 | 105.534 | Obrigações com o poder concedente..... | | 284 | 263 |
| | | | | Outras contas a pagar..... | | 663 | 128 |
| Não circulante | | | | Provisão de manutenção..... | 18 | 255 | - |
| Realizável a longo prazo | | | | Total do passivo circulante..... | | 602.303 | 539.812 |
| Depósitos judiciais..... | | 116 | 79 | Não circulante | | | |
| Impostos a recuperar..... | | 15 | 15 | Debêntures..... | 14 | 1.309.328 | 1.298.519 |
| Ativo fiscal diferido..... | 10b | 139.481 | 382.609 | Adiantamento para futuro aumento de capital..... | 8 | - | 57.000 |
| Pagamentos antecipados relacionados à concessão..... | 9 | 1.649.373 | 1.722.951 | Impostos e contribuições a recolher..... | 16 | 57.690 | 45.366 |
| Outros créditos..... | | 104 | 144 | Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários..... | 17 | 574 | 124 |
| Créditos a receber de partes relacionadas..... | 8 | 330.526 | - | Provisão de manutenção..... | 18 | 4.542 | 2.453 |
| | | 2.119.615 | 2.105.798 | Mútuos - partes relacionadas..... | 8 | 735.634 | 718.651 |
| Imobilizado | 11 | 34.146 | 34.561 | Total do passivo não circulante..... | | 2.107.768 | 2.122.113 |
| Intangível | 12 | 327.020 | 310.721 | Passivo a descoberto | | | |
| Diferido | 13 | 24.621 | 30.777 | Capital social..... | 19a | 835.700 | 700.000 |
| | | | | Prejuízos acumulados..... | | (930.923) | (774.534) |
| Total do ativo não circulante..... | | 2.505.402 | 2.481.857 | Total do passivo a descoberto..... | | (95.223) | (74.534) |
| Total do ativo | | 2.614.848 | 2.587.391 | Total do passivo e passivo a descoberto | | 2.614.848 | 2.587.391 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

| | Nota | Capital Social | Prejuízos Acumulados | Total |
|---|------|----------------|----------------------|-----------|
| Saldos em 01 de dezembro de 2013 | | 700.000 | (653.768) | 46.232 |
| Prejuízo do exercício..... | | - | (120.766) | (120.766) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | | 700.000 | (774.534) | (74.534) |
| Aumento de capital..... | 19 | 135.700 | - | 135.700 |
| Prejuízo do exercício..... | | - | (156.389) | (156.389) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | | 835.700 | (930.923) | (95.223) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

timentos: No acumulado do ano de 2014, os investimentos somaram R\$ 29.137 mil. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população leiloeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos realizados em 2014, destaca-se a implantação da 5ª faixa do km 14,5 ao km 24,4, visando o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez na rodovia.

4. Sustentabilidade: O Grupo CCR adota princípios como transparência e equidade, e é considerado uma referência no mercado. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho de Administração da CCR, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e estratégia de crescimento do Grupo. O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais: • Capital financeiro: redução de custos, geração de receitas e acesso ao capital; • Capital social: desenvolvimento local, isto é, inclusão social, educação, saúde, cultura e esporte; • Capital humano: treinamento, capacitação, qualidade de vida, inovação e realização pessoal; • Capital manufaturado: infraestrutura e equipamentos para a empresa desenvolver seus serviços; • Capital natural: redução de poluição e redução da degradação dos sistemas naturais; • Capital intelectual: conhecimento e propriedade intelectual. **4.1. Desempenho Social: 4.1.1. Capital Social e de Relacionamento - Stakeholders:** No que diz respeito ao capital social, a CCR RodoAnel desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Os projetos que mais se destacaram em 2014, foram: **Teatro de Mãos Dadas** - Apresentação de Teatro que visa promover conceitos de cidadania, com foco principal nas questões de segurança viária (cinto de segurança, travessia segura e empinar pipas sem cerol), realizado voluntariamente por colaboradores da empresa mediante agendamento via relacionamento com Prefeituras das cidades do entorno da rodovia. **Contribuição Social para com as Comunidades onde atua** - A CCR RodoAnel contribui socialmente através da realização de campanhas de arrecadação de ovos de páscoa, brinquedos e agasalhos que são doados às entidades filantrópicas e às comunidades carentes existentes ao longo da rodovia administrada pela CCR RodoAnel. As ações destacadas acima foram realizadas através de doações/participações e de trabalho voluntário dos colaboradores da CCR RodoAnel. **4.1.2. Capital Humano e Intelectual:** A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2014 ocorreram diversos treinamentos destacando-se: SuperInteração/Gestão Participativa (disseminação aos colaboradores das metas pactuadas para o ano); Semana Interna do Trânsito (divulgação dos conceitos de direção defensiva); Inspiração (interação das áreas e a participação no processo de avaliação de competências) e; Programa de Formação de Novos Líderes (capacitação de colaboradores recém promovidos aos cargos de liderança). **4.2. Desempenho Ambiental: 4.2.1. Capital Natural:** A CCR RodoAnel possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem foco a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis no longo prazo. No que concerne a emissão de Gases do Efeito Estufa, em 2014 a CCR RodoAnel atingiu suas metas e reduziu suas emissões absolutas e relativas diretas. Durante 2014 houve uma redução de 0,78% do consumo de água em comparação ao ano de 2013. Entre as ações realizadas estão a utilização de reuso de água nos processos na sede da Companhia e a implantação de captação de água de chuva em algumas instalações. Quanto aos recursos energéticos, durante 2014 a CCR RodoAnel investiu em novas tecnologias para a redução do consumo de energia elétrica. Entre as ações estão a substituição de lâmpadas comuns por LED, novo sistema de ar condicionado com maior eficiência e energia solar em equipamentos operacionais. Em relação à gestão de resíduos sólidos, a CCR RodoAnel atua nos processos de manipulação, armazenagem, tratamento, destinação e logística reversa, quando aplicável, dos resíduos que gera. **4.2.2. Capital Manufaturado:** No RodoAnel Oeste, através do equipamento cepilhamento que se trata de uma espécie de lixamento, conseguiu-se reduzir os níveis de irregularidades no pavimento de concreto, deixando as faixas de rolamento com maior conforto e segurança ao usuário, sem necessidade de demolição de placas para tal correção. Foram investidos R\$ 585 mil no cepilhamento, proporcionando maior conforto dos usuários na rodovia. Anualmente a CCR RodoAnel mede o QI (coeficiente de irregularidade), índice que mede o conforto na rodovia. Em 2014 foi identificado que, após o cepilhamento, a rodovia se manteve nos níveis de conforto desejados no contrato de concessão.

5. Considerações Finais: 5.1. Agradecimentos: Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da CCR RodoAnel. **5.2. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Barueri, 25 de fevereiro de 2015.

A Administração.

Demonstrações de resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 2014 | 2013 |
|--|------|-----------|-----------|
| Receita operacional líquida | 20 | 222.715 | 215.863 |
| Custos dos serviços prestados | | | |
| Custo de construção..... | | (19.319) | (27.557) |
| Provisão de manutenção..... | 18 | (1.990) | (1.918) |
| Depreciação e amortização..... | | (16.873) | (16.534) |
| Custo da outorga..... | | (76.914) | (78.398) |
| Serviços..... | | (22.047) | (23.796) |
| Custo com pessoal..... | | (18.599) | (17.532) |
| Materiais, equipamentos e veículos..... | | (3.339) | (3.611) |
| Outros..... | | (3.378) | (2.830) |
| | | (162.459) | (172.176) |
| Lucro bruto | | 60.256 | 43.687 |
| Despesas gerais e administrativas | | | |
| Custo com pessoal..... | | (1.065) | (985) |
| Serviços..... | | (4.046) | (2.865) |
| Materiais, equipamentos e veículos..... | | (903) | (938) |
| Depreciação e amortização..... | | (1.912) | (1.730) |
| Outros..... | | (3.363) | (3.595) |
| | | (11.289) | (10.113) |
| Resultado antes do resultado financeiro | | 48.967 | 33.574 |
| Despesas financeiras..... | 21 | (296.882) | (218.325) |
| Receitas financeiras..... | 21 | 11.238 | 2.095 |
| | | (285.644) | (216.230) |
| Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social | | (236.677) | (182.656) |
| Imposto de renda e contribuição social - Correntes..... | | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos..... | 10a | 80.288 | 61.890 |
| Prejuízo do exercício | | (156.389) | (120.766) |
| Prejuízo por ação ordinária - R\$ | | (0,2009) | (0,1725) |
| Prejuízo por ação preferencial - R\$ | | (0,2009) | (0,1725) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2014 | 2013 |
|---|-----------|-----------|
| Prejuízo do exercício | (156.389) | (120.766) |
| Outros resultados abrangentes..... | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | (156.389) | (120.766) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continuação

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

terpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **r) Gastos pré-operacionais:** A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, consequentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculados ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção. Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09. **s) Novos pronunciamentos e interpretações:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2014 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação torne-se obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

| Pronunciamento | Descrição | Vigência |
|--|--|----------|
| Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos - Contribuições dos empregados | Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado | (a) |
| Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização | As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um ativo intangível | (b) |
| IFRS 15 - Receita de contratos com clientes | Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes | (c) |
| IFRS 9 - Instrumentos financeiros | Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de hedge | (d) |

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014; (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016; (c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017; (d) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, sem gerar efeitos.

| Pronunciamento | Descrição |
|---|---|
| Nova interpretação - IFRIC 21 - Tributos | Aborda sobre quando reconhecer uma obrigação relativa a tributos |
| Alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros compensação de ativos e passivos financeiros | Esclarece as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros |
| Alterações à IAS 36 - Divulgações | Excluem a exigência de divulgação do valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), para o qual o ágio ou outros ativos intangíveis, com vidas úteis indefinidas, foram alocados, quando não houver redução ao valor recuperável ou reversão da redução ao valor recuperável da correspondente UGC |
| Alterações à IAS 39 - Instrumentos financeiros: novação de derivativos e continuação da contabilização do "hedge" | Trazem a isenção da exigência de descontinuidade da contabilização de hedge quando um derivativo, designado como instrumento de hedge, é novado sob determinadas circunstâncias |

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP nº 627/13, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, se aplicáveis, ocorrerão a partir de janeiro de 2015. **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente. Em 25 de fevereiro de 2014, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações

sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota**
- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
 - 7 Provisão para crédito de liquidação duvidosa
 - 10b Impostos diferidos
 - 11 Depreciação do ativo imobilizado
 - 12 Amortização dos ativos intangíveis
 - 17 Provisão para riscos
 - 18 Provisão de manutenção
 - 22 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados.

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito. b) Risco de taxas de juros e inflação. c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. Abaixo estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, busca-se realizar parte das captações com indexadores equivalentes a aqueles que reajustam as receitas. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 14. As tarifas de pedágio são atualizadas anualmente pela variação do IPCA. **c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital

8. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

| | Transações | | | Saldos | | | | |
|---|--------------------|----------------------|----------------------|------------------|-------------------------|---------|--------|-------------------------------|
| | Serviços prestados | Receitas financeiras | Despesas financeiras | Contas a receber | Mútuo/Cessão de Crédito | Mútuos | AFAC | Fornecedores e contas a pagar |
| Controladora | | | | | | | | |
| CCR S.A. (a) e (b)..... | 192 | - | 76.294 | - | - | 670.787 | - | 15 |
| Outras partes relacionadas | | | | | | | | |
| Conces.do Sistema | | | | | | | | |
| Anhanguera-Bandeirantes S.A. (g) | - | 5.917 | - | - | 275.134 | - | - | - |
| Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (g) | - | 320 | - | - | 14.900 | - | - | - |
| Conc.de Rod.do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (c) e (g) | - | 871 | - | 15 | 40.492 | - | - | 6 |
| Encalco Construções Ltda. (d) | - | - | 7.013 | - | - | 64.847 | - | 4 |
| CGMP - Centro de Gestã de Meios de Pagamentos S.A. (e) | - | - | - | 12.595 | - | - | - | - |
| CPC (f) | 1.074 | - | - | - | - | - | - | 84 |
| Total circulante, 31 de dezembro de 2014 | 1.266 | 7.108 | 83.307 | 12.610 | - | - | - | 109 |
| Total não circulante, 31 de dezembro de 2014 | - | - | - | - | 330.526 | 735.634 | - | - |
| Total, 31 de dezembro de 2014 | 1.266 | - | 83.307 | 12.610 | 330.526 | 735.634 | - | 109 |
| Total circulante, 31 de dezembro de 2013 | 1.184 | - | 60.057 | 11.449 | - | - | - | 24 |
| Total não circulante, 31 de dezembro de 2013 | - | - | - | - | 718.651 | 57.000 | - | - |
| Total, 31 de dezembro de 2013 | 1.184 | - | 60.057 | 11.449 | - | 718.651 | 57.000 | 24 |

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

| | 2014 | 2013 |
|--|-------------|-------------|
| Remuneração dos administradores (h) | 48 | - |
| Na AGO realizada em 15 de abril de 2014, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, a qual não inclui os encargos sociais. | - | - |
| Despesas com profissionais chaves da administração | 2014 | 2013 |
| Remuneração: (h) | | |
| Benefícios de curto prazo - remuneração fixa..... | 574 | - |
| Outros benefícios: | | |
| Provisão de participação no resultado | 48 | - |
| | <u>622</u> | <u>-</u> |

(a) Contratos de mútu, remunerados à variação acumulada de 105% ao ano do CDI com a controladora CCR. O vencimento do contrato será em 15 de novembro de 2024. As taxas de remuneração são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas; (b) Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; (d) Contratos de mútu, remunerados à variação acumulada de 105% ao ano do CDI com a empresa Encalco. O vencimento para o contrato será de 15 de novembro de 2024. As taxas de remuneração são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas; (e) Referem-se aos valores de tarifa de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no exercício subsequente; (f) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (g) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória - MP651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão recebidos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando ocorrerá o recebimento do principal; e (h) Contempla o valor total a pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

| | 2014 | 2013 |
|---|-----------|--------|
| Circulante | | |
| Pagamentos antecipados relacionados à concessão | 73.578 | 73.578 |
| Não circulante | | |
| Pagamentos antecipados relacionados à concessão 1.649.373 | 1.722.951 | - |

Durante os meses de maio de 2008 a maio de 2010 foram efetuados pagamentos antecipados ao Poder Concedente, relacionados à outorga. Esses valores foram registrados no ativo e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo da concessão.

10. Impostos diferidos: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os compromissos futuros relacionados a liquidação de obrigações financeiras, serão honrados através de novas captações no mercado financeiro e ou aportes adicionais de capital dos investidores. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

| | Menos de 1 ano | Entre 2 e 3 anos |
|------------------|----------------|------------------|
| Debêntures | 588.302 | 1.310.000 |
| | <u>588.302</u> | <u>1.310.000</u> |

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 492.857, substancialmente composto por debêntures a pagar, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já realizados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2014 | 2013 |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Caixa e bancos..... | 636 | 683 |
| Aplicações financeiras | | |
| Fundos de investimentos | 19.407 | 17.038 |
| | <u>20.043</u> | <u>17.721</u> |

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,52% do CDI, equivalente a 8,02% ao ano (8,03% ao ano em 31 de dezembro de 2013).

7. Contas a receber

| | 2014 | 2013 |
|--|--------------|--------------|
| Vale pedágio..... | 1.021 | 920 |
| Outros..... | 293 | 117 |
| | <u>1.314</u> | <u>1.037</u> |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)..... | (146) | (40) |
| | <u>1.168</u> | <u>997</u> |

O quadro a seguir resume os saldos a receber por data de vencimento:

| | 2014 | 2013 |
|--|--------------|--------------|
| Créditos a vencer | 1.067 | 964 |
| Créditos vencidos até 60 dias | 88 | 33 |
| Créditos vencidos de 61 a 90 dias | 13 | - |
| Créditos vencidos de 91 a 180 dias | 39 | - |
| Créditos vencidos há mais de 180 dias..... | 107 | 40 |
| | <u>1.314</u> | <u>1.037</u> |

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, baseado no histórico de perda da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

| | Saldo em 31 de dezembro de 2014 | | Saldo em 31 de dezembro de 2013 | |
|--|---------------------------------|-----------------|---------------------------------|-----------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | (236.677) | (182.656) | (236.677) | (182.656) |
| Alíquota nominal..... | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal..... | 80.470 | 62.103 | 80.470 | 62.103 |
| Efeito tributário das adições e exclusões permanentes | | | | |
| Despesas com brindes e associações de classe ... | (84) | (66) | (84) | (66) |
| Despesas indedutíveis..... | (101) | (154) | (101) | (154) |
| Outros ajustes tributários | 3 | 7 | 3 | 7 |
| | <u>(182)</u> | <u>(213)</u> | <u>(182)</u> | <u>(213)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social | 80.288 | 61.890 | 80.288 | 61.890 |
| Impostos diferidos | 80.288 | 61.890 | 80.288 | 61.890 |
| Alíquota efetiva de impostos | 34% | 34% | 34% | 34% |
| b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social tem a seguinte origem: | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Bases ativas | | | | |
| IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a) | 156.646 | 397.703 | 156.646 | 397.703 |
| Provisão para participação nos resultados (PLR)..... | 186 | 197 | 186 | 197 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa..... | 222 | 98 | 222 | 98 |
| Provisão para riscos trabalhistas | 195 | 42 | 195 | 42 |
| Depreciação de obras lançadas no custo (b) | 7.708 | 5.151 | 7.708 | 5.151 |
| Constituição da provisão de manutenção (c)..... | 1.631 | 834 | 1.631 | 834 |
| Depreciação e juros sobre arrendamento mercantil financeiro | 84 | 67 | 84 | 67 |
| Receita financeira a apropriar | 1.153 | 1.441 | 1.153 | 1.441 |
| Provisão para fornecedores | 152 | 10 | 152 | 10 |
| | <u>167.977</u> | <u>405.543</u> | <u>167.977</u> | <u>405.543</u> |
| Bases passivas | | | | |
| Pagamento de juros e principal - arrendamento mercantil financeiro | (83) | (83) | (83) | (83) |
| Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)..... | (22.261) | (17.736) | (22.261) | (17.736) |
| Custo de empréstimos capitalizados (e)..... | (6.152) | (5.114) | (6.152) | (5.114) |
| Amortização do custo de transação..... | - | (1) | - | (1) |
| | <u>(28.496)</u> | <u>(22.934)</u> | <u>(28.496)</u> | <u>(22.934)</u> |
| Ativo diferido líquido..... | 139.481 | 382.609 | 139.481 | 382.609 |

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos: (a) A Companhia estima recuperar os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a partir do exercício de 2020. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a estas previsões. A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo inferior ao acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital;

continua

| CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A. | | 2014 | 2013 | | | |
|--|-----------------|-----------------|------|--|--|--|
| 19. Patrimônio Líquido: Capital Social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 835.700 composto por 417.850 ações ordinárias, e 417.850 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 30 de abril de 2014 foi aprovado através de Reunião de Conselho de Administração o aumento do capital da Companhia no valor total de R\$ 111.000 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 50% preferenciais e 50% ordinárias, com preço de emissão fixado em R\$1,00 (um real) por ação, subscritas e integralizadas pela acionista CCR S.A. em 30 de abril de 2014, sendo R\$ 54.000 em decorrência dos contratos de mútuo firmados com a Companhia e R\$ 57.000 oriundo de capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, posto que a acionista Encalso Construções Ltda. ("ENCALSO"), em 30 de abril de 2014, manifestou sua falta de interesse de realizar a subscrição e integralização de capital correspondente ao seu percentual de participação na Companhia, que até então era de 1,4286%. Em consequência ao aumento de capital social subscrito e integralizado pela acionista CCR S.A., em razão de decisão da ENCALSO, fazem constar que o percentual de participação das acionistas passou a ser de CCR 98,7670% e ENCALSO 1,2330%. Em 4 de novembro de 2014 foi aprovado através de Reunião de Conselho de Administração o aumento do capital da Companhia no valor total de R\$ 24.700 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 50% preferenciais e 50% ordinárias, com preço de emissão fixado em R\$1,00 (um real) por ação, subscritas e integralizadas pela acionista CCR S.A., posto que a acionista Encalso Construções Ltda. ("ENCALSO"), em 03 de novembro de 2014, manifestou sua falta de interesse de realizar a subscrição e integralização de capital correspondente ao seu percentual de participação na Companhia, que até então era de 1,2330%. Diante disso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 835.700 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 417.850 de ações ordinárias e 417.850 de ações preferenciais. Em consequência ao aumento de capital social subscrito e integralizado pela acionista CCR S.A., em razão de decisão da ENCALSO, fazem constar que o percentual de participação das acionistas passou a ser de CCR 98,8034% e ENCALSO 1,1966%. | | | | | | |
| 20. Receitas | | | | | | |
| Receitas de pedágio..... | 2014 | 2013 | | | | |
| Receitas de construção (ICPC 01 R1) | 220.289 | 203.992 | | | | |
| Receitas acessórias | 19.319 | 27.557 | | | | |
| Receitas acessórias | 2.007 | 1.536 | | | | |
| Receita bruta..... | 241.615 | 233.085 | | | | |
| Impostos sobre receitas | (18.901) | (17.485) | | | | |
| Ganho na arrecadação de pedágio..... | 1 | 263 | | | | |
| Deduções da receita bruta..... | (18.900) | (17.222) | | | | |
| Receita líquida | 222.715 | 215.863 | | | | |

| Ativos | 2014 | | Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado | | 2013 | | Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado | |
|--|-----------------------------------|--------------------------|--|-------------|-----------------------------------|--------------------------|--|-------------|
| | Valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Total | Total | Valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Total | Total |
| Aplicações financeiras..... | 19.407 | - | - | 19.407 | 17.038 | - | - | 17.038 |
| Contas a receber de clientes..... | - | 1.168 | - | 1.168 | - | - | - | 997 |
| Contas a receber - partes relacionadas | - | 12.610 | - | 12.610 | - | 11.449 | - | 11.449 |
| Contas a receber de cessão de crédito/mútuo..... | - | 330.526 | - | 330.526 | - | - | - | - |
| Passivos | | | | | | | | |
| Financiamentos em moeda nacional (a) | - | - | - | - | - | - | (96) | (96) |
| Debêntures (a) | - | - | (1.896.271) | (1.896.271) | - | - | (1.824.504) | (1.824.504) |
| Fornecedores e outras contas a pagar | - | - | (10.178) | (10.178) | - | - | (9.095) | (9.095) |
| Fornecedores - partes relacionadas..... | - | - | (109) | (109) | - | - | (24) | (24) |
| Mútuos - partes relacionadas..... | - | - | (735.634) | (735.634) | - | - | (718.651) | (718.651) |
| Partes relacionadas - AFAC | - | - | - | - | - | - | (57.000) | (57.000) |
| | 19.407 | 344.304 | (2.642.192) | (2.278.481) | 17.038 | 12.446 | (2.609.370) | (2.579.886) |

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; • **Contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, créditos a receber de cessão de crédito, fornecedores, outras contas a pagar e mútuo** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; • **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelo seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

| | 2014 | | 2013 | |
|----------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Debêntures (*) | 1.898.302 | 1.926.575 | 1.827.718 | 1.858.662 |

(*) Valores brutos dos custos de transação. Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", abaixo. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas na BM&F mais cupons e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas. **Hierarquia de valor justo:** A companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

Aplicações financeiras..... 19.407 17.038

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, a análise de sensibilidade nas variações nas taxas de juros. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2014 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

| Operação | Risco | Vencimentos até | Efeito em R\$ no resultado | | | |
|--|----------------|-----------------|----------------------------|------------------|---------------|---------------|
| | | | Exposição em R\$ (3) | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Debêntures | Aumento do CDI | Maio de 2015 | 560.222 | (22.878) | (28.359) | (33.754) |
| Debêntures | Aumento do CDI | Maio de 2016 | 764.065 | (98.833) | (123.724) | (148.684) |
| Debêntures | Aumento do CDI | Maio de 2017 | 574.015 | (71.910) | (89.981) | (108.087) |
| As taxas de juros consideradas foram (1): | | | | | | |
| CDI (2) | | | | 11,57% | 14,46% | 17,36% |

| Composição do Conselho de Administração | | Composição da Diretoria | | Contador |
|---|---------------------------------------|--------------------------------------|--------------------|------------------------|
| Antônio Linhares da Cunha - Conselheiro | Marcus Rodrigo de Senna - Conselheiro | Eduardo Siqueira Moraes Camargo | Diretor Presidente | Hélio Aurélio da Silva |
| Arthur Piotto Filho - Conselheiro | Paulo Yukio Fukuzaki - Conselheiro | Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura | Diretor | CRC 1SP129452/O-3 |
| Ítalo Roppa - Conselheiro | José Braz Cioffi - Conselheiro | | | |
| Leonardo Couto Vianna - Conselheiro | Renato Alves Vale - Conselheiro | | | |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. - Barueri - SP**

Introdução: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase: Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 1, que menciona que se encontra em fase inicial de defesa pela Companhia a ação popular protocolada em 15 de dezembro de 2008 pleiteando a anulação do contrato de concessão de operação do Rodoanel Mário Covas, que trata do objeto operacional da Companhia. O processo encontra-se em fase de instrução com a apresentação de defesas e produção de eventuais provas. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que um desfecho favorável da causa à Companhia é possível. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

João Rafael Belo de Araújo Filho
Contador
CRC nº1 SP 246752/O-6



DO.online

Descubra 120 anos de história. Agora, você tem todo o acervo do Diário Oficial, disponível desde 1891, com a busca por palavra-chave. Gratuitamente.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação.

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO